

DJANE FERREIRA DE LIMA JULIO

Graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário Ítalo Brasileiro. Pós-graduada em Educação Especial pela faculdade Grupo Líder Educacional. Professora de Educação infantil na Emei Parque Figueira Grande 1.

RESUMO

Muito embora a escola possibilite um encontro cultural de grande relevância aos indivíduos com necessidades especiais, culturalmente seus encontros sociais em lazer ainda ficam restritos a poucas oportunidades. Nesse sentido, a linguagem teatral permite, em sua ação, abordar a diversidade e incluir o surdo enquanto sujeito social.

Palavras-chave: Inclusão cultural; Inclusão social; Arte; Igualdade.

O TEATRO E O SURDO: POSSIBILIDADES ATRAVÉS DA ARTE INCLUSIVA

INTRODUÇÃO

O foco deste artigo é investigar como se sucede o processo de inclusão cultural dos surdos por meio do teatro. O gosto que tenho pelo teatro e minha trajetória no magistério, no qual tive a oportunidade de me deparar com muito alunos com necessidades especiais em situações adversas de exclusão, me fizeram refletir sobre como a arte pode inserir o surdo na sociedade através do teatro.

A escola possibilita um encontro cultural de grande relevância se considerarmos que é um local de muitos encontros e relações sociais. No entanto, a

escola ainda é permeada de preconceitos e atitudes discriminatórias sobre os alunos especiais.

A preocupação com a temática da inclusão me trouxe muitas indagações, enquanto profissional da educação, que nortearam minha pesquisa em relação às contribuições e possibilidades que podemos criar na escola através da arte. A compreensão que busco, é que de que forma a arte, dentro da instituição de ensino pode promover ações que assegurem a igualdade de condições e oportunidades a todos os alunos, independentemente de ser um aluno com necessidade especial ou não.

Ao assistir à peça de teatro encenada tanto por atores surdos como atores ouvintes, intitulada “Onça que espirra não come carne”, do Grupo de Teatro Rendeiros Contadores de Histórias, com direção de Sabrina Caires de Vasconcelos, tive a oportunidade de perceber as potencialidades dos surdos em participar ativamente da peça e quão importantes é a inserção cultural e social do sujeito surdo. Esses contatos me instigaram a pesquisar sobre as contribuições que a literatura traz sobre o assunto além de acompanhar de perto o trabalho teatral desses atores surdos.

Adentrar na temática sobre a diversidade, pressupõe analisar as concepções que se tem atualmente sobre a inclusão e todo o percurso transcorrido, principalmente pelos surdos, no seu processo histórico.

Atualmente, vivemos o rompimento e quebra de barreiras no que diz respeito aos conceitos sociais como família, comunidade, na qual se considera a pluralidade social, onde vários grupos minoritários ou tribos dividem seu espaço, tornando-se uma sociedade multicultural, na qual se apresentam homossexuais, feministas etc. O reconhecimento às diferenças ainda é um processo a ser construído, pois exige mudança de paradigmas. Considerar a individualidade de cada um dentro de um todo, onde cada pessoa tem suas potencialidades, demanda muito mais que respeitar leis, significa humanizar a sociedade.

Diante dessas questões, no presente artigo realizou-se uma pesquisa para elucidar e contribuir com o tema abordado, oferecendo aos profissionais da educação em arte que atendem as pessoas com necessidades educacionais especiais um

horizonte a ser seguido, não como uma fórmula, mas sim como uma possibilidade de realizar um trabalho com excelência.

A metodologia utilizada foi através da revisão bibliográfica e pesquisa qualitativa com estudo etnográfico onde aborda aspectos sociais e culturais do povo surdo, a partir de um estudo de campo por meio da observação e interação com um grupo teatral com atores surdos e ouvintes.

INCLUSÃO – panorama histórico e um pouco sobre a deficiência auditiva

As transformações ocorrem no decorrer da história com o propósito de adaptar a sociedade para incluir todas as pessoas. No entanto, esse é um caminho mais longo, no qual a sociedade precisa se conscientizar e reconhecer que não se espera que a pessoa seja inserida na sociedade como condição de seu desenvolvimento, e sim, é a sociedade que se transforma, como pré-requisito para acolher o indivíduo como cidadão.

Segundo a teoria de Kauchahje (2003) a convivência social é definida com a diferença, classificada em três ângulos: exclusão, que acontece quando o indivíduo é marginalizado e abandonado por parte da sociedade; convivência regulada, que ocorre quando a pessoa fica restrita a frequentar determinados lugares ou grupos e o ângulo inclusivo, que é quando o sujeito é reconhecido em sua diversidade e participa com igualdade de direitos na sociedade.

A sociedade estabelece um padrão de indivíduo considerado normal e quando algo foge das características estabelecidas nesse padrão, se torna diferente. O diferente é visto de maneira diminuída e estigmatizado e, em consequência disso surge a desigualdade, acentuando as diferenças na conjuntura social.

A sociedade se manifesta de várias formas: preconceito, discriminação e estigma, violando dessa maneira os direitos do cidadão.

A Organização Mundial da Saúde classifica a deficiência como *“alteração do corpo ou aparência física, de órgãos ou funções”*. As consequências acarretam as limitações ou impedimentos de certas atividades do dia-a-dia e afasta essas pessoas

do convívio social. Quando isso ocorre, no entanto, surgem outras questões como o preconceito e o estigma. (BRASIL, 2011)

No Relatório Mundial sobre a Deficiência, estão apontadas algumas formas de barreiras que se colocam diante dos deficientes, que são: políticas e padrões inadequados, preconceitos e discriminação, falta de oportunidade de emprego, falha na prestação de serviços, falta de acessibilidade, comunicação, transportes, enfim, desrespeito aos direitos básicos de todo cidadão. (BRASIL, 2011)

As transformações sociais surgem a partir do momento que se instalam reflexões sobre o tema em questão e, gradativamente ocorrem pequenas mudanças com a intenção de diminuir essas manifestações. A principal delas são as medidas que as leis impõem. Por conta disso, no decorrer do processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais, surgiram leis que contemplam e implementam diversas ações para esse fim, pois, amparam e garantem a essas pessoas, o direito a convivência social e condições para o seu pleno desenvolvimento.

Em 1971, ficou explícito o interesse pelo governo brasileiro em tratar da problemática da Educação Especial, o qual surgiu a necessidade de criação de um órgão autônomo para tratar da Educação Especial. Em seguida, a Lei nº5. 692/71 veio introduzir a visão do tecnicismo para o trato da deficiência no contexto escolar.

No ano seguinte, o Parecer do CPE nº. 848/72 deixa clara a importância de técnicas e serviços especializados para atender a demanda de alunos com deficiência, que na época, era então chamado excepcional.

Através do Plano Setorial de Educação e Cultura, (1972-1974) incluiu a Educação Especial como prioridade educacional no país com o Projeto Prioritário número. 35.

E assim, foram acontecendo consecutivamente novas medidas como, em 1973, foi criado, por meio do Decreto nº. 72.425, de 03/07/73, o CENESP, Centro Nacional de Educação Especial.

Em 1980, a Universidade Estadual de São Paulo – UNESP, Campus Bauru sediou o Seminário Nacional de Reabilitação Profissional, onde discutiu-se sobre as bases filosóficas e teóricas dos paradigmas na relação entre sociedade e deficiente.

Este momento foi o ponto de partida para, em 1981, ano Internacional da Pessoa Deficiente, a sociedade se mobilizar e exigir transformações positivas para os indivíduos com necessidades especiais.

A partir da década de 90 aconteceu um evento que foi crucial para uma real e significativa mudança no âmbito da educação com a aceitação política da proposta de Educação para Todos, produzidas em Jomtien, Tailândia, na conferência mundial da UNESCO. Logo, o Brasil se colocou a assumir o compromisso que se determinou à forma a poder acolher a todos, indiscriminadamente, com qualidade e igualdade de condições, conforme propunha a Conferência.

O Brasil adotou a proposta da Declaração de Salamanca, em 1994, comprometendo-se então com a construção de um sistema educacional inclusivo, especificamente no que refere à população de alunos com necessidades educacionais especiais.

Nos documentos oficiais da educação nacional, os Parâmetros Curriculares Nacionais (P.C.N), publicada em 1998, vieram contribuir como um norteador e orientador para os profissionais da Educação quanto à relação professor e aluno, no desenvolvimento de um processo de ensino e aprendizagem eficaz e significativo.

O atendimento a pessoa com necessidade educacional especial vem sendo garantido pela rede pública de ensino regular, no entanto, a rede privada tem enviado esforços na busca de compreensão sobre a inclusão, bem como autonomia para participar construtivamente do processo de construção de um sistema educacional inclusivo.

Porém, para que a inclusão aconteça efetivamente é necessária uma mudança mais humanizada na mentalidade da sociedade. Muito ainda tem que ser feito e conquistado através do acesso ao conhecimento e as informações sobre as pessoas com necessidades especiais e é através das relações sociais que buscaremos esse propósito.

Cabe a pessoa com deficiência construir sua própria história de vida, no papel de protagonista, sendo o principal componente neste processo, com participação ativa no seu meio social e não como mero telespectador.

A informação e o conhecimento são fatores importantes para o reconhecimento do respeito às diferenças. Logo, neste capítulo, abordarei o termo deficiência com a pretensão de informar e esclarecer quaisquer dúvidas que possam surgir no decorrer deste estudo.

Há aproximadamente um bilhão de pessoas no mundo que tem algum tipo de deficiência, seja ela permanente ou provisória. No caso dos deficientes auditivos, segundo o censo 2000, existem cerca de 5,7 milhões e dentre estas pessoas os surdos representam cerca de 340 mil, somente aqui no Brasil.

Os termos utilizados são: deficiência auditiva, quando algumas estruturas da orelha apresentam alteração, ocasionando a diminuição na capacidade de perceber o som. Geralmente o deficiente auditivo que apresenta grau leve ou moderado, se comunica através da fala. O surdo apresenta uma perda auditiva de grau severo ou profundo, na maioria dos casos, se comunica através da língua de sinais LIBRAS.

CULTURA SURDA

Para continuarmos esse estudo, faz-se necessário saber mais sobre como o surdo vive em sociedade, conhecer suas características culturais e sua identidade.

O Brasil apresenta uma vasta multiculturalidade e conseqüentemente as ações discriminatórias acontecem.

Segundo a UNESCO (2005) "*a diversidade cultural é uma característica essencial da humanidade*". Assim, considera-se que a cultura ganha diversas formas ao manifestar os modos de ser, viver, pensar e de se relacionar com o outro.

A cultura surda apresenta uma característica essencial e peculiar que é a maneira pela qual se comunicam através da língua de sinais, acentuando assim suas diferenças em relação ao convívio cultural e o modo pelo qual percebem o mundo. No entanto, a cultura surda pode ser considerada multicultural ao pensarmos que surdos e ouvintes compartilham de hábitos e costumes da cultura dos ouvintes.

Segundo os estudos de Strobel (2008):

“A cultura surda é o jeito de o sujeito entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável [...] Isso significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo” (STROBEL 2008, p.22)

Para tanto, não podemos então classificar a cultura surda como desvinculada da cultura ouvinte, pois o surdo está inserido em outras culturas como a negra, a indígena, entre outras, independentemente de sua forma de comunicação, pois a cultura estabelece parâmetros mais amplos.

Uma peculiaridade da cultura surda é o uso de uma fita azul que tem várias representações. A fita azul foi introduzida na Austrália em 1999, no Congresso Mundial da Federação de Surdos e representa a história da luta dos surdos e de seus familiares. A cor azul foi escolhida para representar o “orgulho surdo” e faz uma homenagem aos milhares de surdos que morreram na Alemanha nazista.

Foi constituído na cultura surda, o dia do surdo, no qual se comemora em setembro no dia 26 aqui no Brasil e no dia 30 internacionalmente. Essa data simboliza o reconhecimento do movimento dos surdos em prol dos direitos em ter uma língua específica e própria.

A Libras não é a língua de um país, mas é a língua de um povo que se autodenomina de Povo Surdo. Esta expressão é tida como uma estratégia de poder, de identidade.

Os surdos querem ser reconhecidos como um grupo minoritário com cultura, língua, associações, organizações locais, nacionais e mundiais de surdos e não como deficientes, pois tem interesses, lutas e direitos em comum.

Segundo Sá (2006) os ouvintes manifestam resistência em admitir que os surdos têm processos culturais específicos e assim, grande parte continua a tratar os surdos como deficientes.

Skiliar (1998) acrescenta que geralmente as pessoas que negam a existência de uma cultura surda desconhecem os processos e os produtos desta cultura, suas produções teatrais, literárias e tecnológicas para romperem a barreira da comunicação.

A ARTE PELA INCLUSÃO

A Arte está presente desde a Pré-história, através de seus registros artísticos e rituais. De acordo com a Enciclopédia Britânica (2002, p. 81 apud NASCIMENTO, 2012) que destaca três aspectos importantes para caracterizar a arte: é o produto de um ato criativo; a cada momento, corresponde às concepções ideológicas da sociedade em que aparece; e, é universal e intrínseca ao ser humano.

Conforme Nascimento (2012) o ensino de arte no âmbito educacional teve seu início somente no século XIX, tendo como marco a criação da Academia de Belas Artes no Rio de Janeiro.

A concepção de arte como atividade está baseada na ideia da simples realização de atividades artísticas. Essa concepção de ensino foi legitimada através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN), de número 5.692, promulgada em 11 de agosto de 1971, que instituiu a obrigatoriedade do ensino de arte nos currículos das escolas de 1 e 2 graus. A partir de então, passa a ser renomeado o ensino de arte no Brasil de “Educação Artística”.

Mesmo após a instituição da obrigatoriedade do ensino de artes, seu desenvolvimento curricular não apresentou relevância e era considerada uma atividade com baixo valor de conteúdo, meramente artística. A arte se dividia em duas modalidades, conforme os componentes do currículo classificaram: Disciplina e Atividades. Segundo Mae Barbosa (1989), a disciplina denota ser a única capaz de relacionar-se às humanidades e aos trabalhos criativos, uma vez que as disciplinas de filosofia e história foram retiradas dos componentes curriculares

De acordo com Silva et. al. (2008), essa lei implicava que o ensino da arte fosse considerada meramente como uma atividade educativa, não se valorizava como uma disciplina, porém, em 20 de dezembro de 1996, essa lei foi revogada pela Lei 9394 que, em seu artigo 26 parágrafo 2, menciona o ensino da arte como componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica.

Antes da Lei 9394, nos anos pós-ditadura, especificamente no ano de 1988 quando se fundamenta a Constituição Federal do Brasil e o país inicia sua jornada democrática, os primeiros olhares à educação democrática. No artigo 206 da CF,

parágrafo II está definido: [...] *“II – liberdade para aprender, ensinar, pesquisar e disseminar pensamento, arte e conhecimento”* (Brasília, 1988).

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais apresentam, a criança, de alguma forma, expressa o que sente ou o que vê através do desenho, da música, da dança ou do teatro. Portanto, o ensino da arte passa a ter como objetivo ajudar a criança a se desenvolver livremente, a estimular a criatividade e a expressão. Segundo Silva et AL (2008), baseado no que expõe os PCN's:

“A arte desenvolve o pensamento artístico, deixando o particular dar sentido às experiências do exterior, onde a criança aumenta a sensibilidade, a percepção, a reflexão e a imaginação. A criança sem o conhecimento das artes tem uma aprendizagem limitada, capando o faz-de-conta, as cores do seu mundo, os gestos e as luzes”. (SILVA, 2008)

A arte traz o conceito como conhecimento e defende a ideia da arte na educação com ênfase na própria arte, ou seja, compreender a arte como uma construção social, histórica e cultural é trazer a arte para o domínio da cognição. Nessa concepção há uma valorização do produto e dos processos desencadeadores para sua criação.

A arte é uma ferramenta poderosa no sentido de possibilitar ao educador escolher os modos e recursos didáticos para apresentar informações através das formas artísticas.

A valorização da Arte no processo de formação da criança ganhou forte apelo nos anos de 1990 com a Conferência Mundial de Educação Para Todos. Carvalho, 2004 p. 67 diz o quanto é animador constatar que houve uma preocupação com as necessidades básicas de todas as crianças.

A partir de 1996 com a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação de nº 9394 no artigo 26,2 o ensino de arte passou a ser obrigatório como disciplina e componente curricular para todos os níveis da educação básica, com o objetivo de promover o desenvolvimento desses alunos.

Ao abordar a arte, o professor abre um leque de linguagens e possibilidades através da dança, do teatro, da música e da arte visual. Cada linguagem possui seu objeto de estudo e seus elementos caracterizadores que devem ser destrinchados e compreendidos na prática com os alunos.

No entanto, a escola regular ainda sofre com a questão do currículo adaptado e com o desafio de atender às necessidades educacionais de todos. Por isso, se questiona: Para que serve a Arte na Educação inclusiva, e, em especial na educação dos surdos?

A arte é um meio de comunicação único e completo e serve como meio de socialização e de interação com os alunos.

EXPERIÊNCIAS NO TEATRO

Alguns surdos ganharam campo na arte através de suas produções artísticas na literatura, no teatro, na pintura, na dança, entre outras, utilizando a língua se sinais quando necessário para transmitir sua cultura.

Existem atualmente várias companhias de teatro que trabalham exclusivamente com atores surdos como: o Teatro Alemão de Surdos (Deutsche Gehörlosen – Theater), fundado em 1949, a Companhia russa Teatro De Mímica e Gestos (Teatr Mimiki i Shesta) criado em 1963. Essas companhias foram precursoras e incentivaram a criação de outros projetos em diferentes países.

No Brasil, existem algumas companhias e ONGs que ministram aulas de teatro e dança para surdos, mas são pouco conhecidas pela população. Citamos a Associação Velásquez de Assistência ao Surdo - AVAS, do Rio de Janeiro; o Teatro Brasileiro de Surdos TBS e o projeto Desvendando o Universo Popular que explora diferentes linguagens como, a poesia, a dança, o teatro e a expressão corporal.

O pioneiro a exercer a profissão de ator surdo foi Nelson Pimenta, nascido em Brasília no ano de 1963. Formado em cinema, passou por várias instituições entre elas, o INES (Instituto Nacional de Educação e Integração de Surdos) e pela FENEIS, atuando como professor e instrutor de teatro.

O grupo Rendeiros Contadores de Histórias, foi formado em 2011 e desenvolve estudos em contação de histórias e a acessibilidade cultural para as minorias, em especial a minoria linguística. Por conseguinte, teve um trabalho iniciado em 2014 com foco na surdez e no desenvolvimento da arte inclusiva, considerando a possibilidade de história para todos.

A questão central era oferecer acessibilidade ao surdo, no entanto, entrou em discussão a participação real do surdo no espetáculo, como parte integrante e não como espectador.

Durante o espetáculo, os personagens surdos e ouvintes interagem e se comunicam por meio do Português e da Libras.

A diretora do grupo teatral Rendeiros Contadores de Histórias pontua em sua pesquisa, realiza junto à comunidade surda, que a contação de história bilíngue é a forma que mais traz acessibilidade cultural ao surdo, ou seja, é a maneira que o inclui culturalmente. Ainda argumenta que a contação de histórias é um facilitador no processo de inclusão cultural e social do surdo.

O trabalho com o mundo da Arte e a linguagem teatral permite o acesso para que a pessoa, especificamente o surdo, possa ser inserida como sujeito próprio de cultura em um ambiente que lhe é de direito. Por meio do teatro o surdo desenvolve a linguagem, amplia seu repertório, sua criatividade, conhece os limites de seu corpo e estabelece relações intra e interpessoais.

A arte traz na linguagem teatral o corpo que se caracteriza por meio da dança, na mímica, nos jogos dramáticos e na expressão corporal. Desta maneira, a pessoa desenvolve uma marca que é só dela, um estilo próprio que deve ser respeitado.

Além disso, os jogos contribuem com a interatividade entre surdos e ouvintes, na qual buscam técnicas que favoreçam a comunicação entre eles por meio da criatividade e improvisação.

As possibilidades que o teatro propõe, através da linguagem corporal são inúmeras, pois permite mudança de papéis sociais, personagens, lugares, situações nas quais estão representando. Assim, a pessoa pode explorar seus próprios limites, possibilitando um conhecimento de si mesmo e do outro.

Argumenta Teberosky (2000) que qualquer pessoa tem potencial para interpretar personagens e transmitir ideias através da representação. Além disso, a pessoa tem a oportunidade de representar outros papéis sociais, coisas, animais, utiliza-se da imaginação para compor a cena e lugares diversos. Por conseguinte, o ato de dramatizar propicia a capacidade de explorar seus próprios limites, pois libera sua potencialidade de criar e reinventar o mundo.

Ainda estudiosos como Souza (2011) afirmam que o teatro composto por surdos e ouvinte apresenta algo diferenciado quando dizem que

“A crença no interesse e na inerente e natural capacidade da população surda, de representar e divertir num nível profissional e sério oferecendo algo diferente do meio teatral ouvinte/falante”. (SOUZA 2011)

O Teatro Surdos Canadianos apresenta seus espetáculos com estilo totalmente diferente. Utiliza-se de mímicas, pantomima, palhaços teatrais e a língua gestual americana (ASL). Assim, proporcionam um espetáculo diferente e que contemplam surdos e ouvintes.

O grupo Teatral Moitará, desde 2008 apropriou-se do recurso da máscara teatral para a elaboração de uma metodologia própria na qual capacita atores surdos. Segundo o grupo, o trabalho com máscara teatral transmite suas mensagens por meio de um canal visual construída corporalmente.

De acordo com Viola Spolin (1963), qualquer pessoa que desejar pode atuar cenicamente. A questão do talento está atrelada a ter coragem para de submeter à experiência.

O teatro pode ser usado na escola como recurso pedagógico, mas também como meio de inserção cultural do surdo, seja como ator ativamente participante do espetáculo ou como ouvinte, que, no entanto, precisa ser atingido por meio da língua de sinais.

A arte como direito de todos tem que ser explorada no ambiente escolar ou fora dele. O palco pode ser um recurso poderoso a serviço da inclusão cultural do surdo.

Nele o surdo tem a oportunidade de expressar seus sentimentos, dividir a responsabilidade de uma cena, expor suas emoções e sensações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo deste tema procurou ampliar a visão quanto à questão da inclusão cultural e social de crianças portadoras de Necessidades Educacionais Especiais em especial, os surdos, utilizando a arte como ferramenta para oferecer uma inclusão real e possível. Refletindo sobre a questão da exclusão cultural e o quanto ela pode influenciar no desenvolvimento dessas pessoas, considerando que a cultura faz parte da sociedade em que a pessoa está inserida e é representada pelo seu modo de viver, pensar, agir, de se comunicar e de se expressar e isso, está diretamente ligada às relações sociais.

Os surdos fazem uso da língua de sinais para se comunicarem favorecendo assim, a quebra de barreiras na comunicação, no entanto, não é de hoje que a comunidade surda e simpatizantes lutam por seus direitos em busca de equiparação de igualdade e acessibilidade cultural e social.

Atualmente, ainda encontramos um panorama de exclusão social e falta de reconhecimento da cultura surda.

Para atingirmos os objetivos estabelecidos neste estudo, pontuamos o teatro como possível e apropriado para o processo de inclusão cultural e social do surdo desde que a comunicação seja bilíngue.

Ao analisarmos o questionário aplicado aos atores surdos que fazem parte do grupo de teatro Rendeiros Contadores de Histórias, verificou-se que a contação de histórias bilíngue por meio do teatro é a maneira que mais atinge o surdo em relação à inclusão cultural.

Por meio do teatro é possível a interação entre as pessoas surdas e ouvintes e a escola pode propor, através das aulas de arte, o encontro do sujeito surdo com a linguagem teatral desde que exista uma real comunicação entre as partes.

Sendo assim, conclui-se que o teatro se torna mediador na inclusão social do sujeito surdo, quando comprova que é possível em uma apresentação teatral haver a comunicação por meio das libras/português e assim atingir surdos e ouvintes, considerando que ambos podem fazer parte ativa do espetáculo ou ser apenas um espectador.

Conclui-se também que a arte é um meio de comunicação único e completo e por meio dela é capaz de ultrapassar barreiras na comunicação entre surdos e ouvintes. Quando a arte é utilizada como caminho para a interação e a para a socialização, a inserção cultural e social trabalha a favor da inclusão cultural.

Ainda assim, a inclusão cultural da pessoa surda é um desafio dentro e fora da escola, pois é necessário que ocorra uma mudança de paradigma, no sentido de conscientização da sociedade em tratar as minorias com equidades de direito tanto social quanto cultural.

REFERÊNCIAS

1. BARBOSA, A. M. Arte-Educação no Brasil: realidade hoje e expectativas futuras. *Estud. Av. São Paulo*, v. 3, n. 7, Dec. 1989. Disponível em <http://scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0103-141989000300010&ing=em&nrm=isso> Acesso em 03 maio 2019.
2. BARBOSA, A. M. Arte na Educação: Inter territorialidade refazendo interdisciplinaridade. 2008. Disponível em:< <http://portal.anhembi.br/sbds/pdf/24.pdf>. Acesso em: 10 maio 2019.
3. BRASIL, Ministério da Educação e Desportos. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacional: Artes. Brasília: MEC/SEF,1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/artes.pdf>>. Acesso em 24 maio 2019.

4. BRASÍLIA, Palácio do Planalto. Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 24 mai 2019.
5. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Declaração mundial sobre educação para todos: Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990. 8p.
6. SÁ, N, R. L. de. Cultura, poder e educação de surdos. 2 ed. São Paulo: Paulinas, 2006.
7. SANTANA, A. P.; BÉRGAMO, A.; Educação & Sociedade: Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas, Educ. Soc., Campinas, vol. 26 n. 91, p. 565-582, maio/ago. 2005.
8. SKILIAR, C. A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Dimensão, 1998.
9. SOUZA, L. O.; A contação de histórias como estratégia pedagógica na educação infantil e ensino fundamental. Educare et Educare, São Paulo, p. 235-249. Vol. 6 n, 12 jul./dez. 2011.
10. SPOLIN, V.; Jogos Teatrais na Sala de Aula: um manual para o professor. São Paulo: Perspectiva, 2010.
11. STROBEL, K.; As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: Editora da UFSCAR, 2008.